

## Novos atores e o turismo no Platô das Guianas

*Christiano Ricardo dos Santos<sup>1</sup>*



### RESUMO

O artigo apresenta uma análise nas discussões acadêmica sobre cooperação internacional em processos de integração no Platô das Guianas devido a suas assimetrias internas e possíveis repercussões territoriais de projetos de redes de circulação. Trata-se dos rumos atuais da integração do Platô das Guianas e das infraestruturas de conexão. Com isso, o objetivo deste trabalho foi identificar as características territoriais dos países que compõem o Platô das Guianas e compreender como o turismo se relaciona com as cooperações internacionais. O referido estudo busca contribuir para entender a dinâmica de uma realidade fronteiriça na parte setentrional da América do Sul. Dessa forma, a área de estudo deste trabalho é o Platô das Guianas, fronteira entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, cujo interesse é entender as potencialidades na área de fronteira para o desenvolvimento das atividades turísticas. Neste sentido insere-se no trabalho a relação entre a historiografia das Guianas, limites, fronteira, turismo, cooperações internacionais e atores ligados ao setor de turismo. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico pesquisa documental e cartográfico sobre o turismo no Platô das Guianas.

**Palavras-chave:** Turismo. Fronteira. Cooperação internacional. Conexões.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA/UFPA. E-mail: chrsantosmcp@gmail.com.

**ABSTRACT**

The article presents an analysis of academic discussions on international cooperation in integration processes in the Guiana Plateau due to its internal asymmetries and possible territorial repercussions of circulation network projects. These are the current directions for the integration of the Guiana Plateau and the connection infrastructures. Thus, the objective of this work was to identify the territorial characteristics of the countries that make up the Guiana Plateau and to understand how tourism is related to international cooperation. This study seeks to contribute to understanding the dynamics of a border reality in the northern part of South America. Thus, the study area of this work is the Guiana Plateau, border between Brazil, Guyana, Suriname and French Guiana, whose interest is understand the potential in the border area for the development of tourist activities. In this sense, the relationship between the history of Guyana, limits, borders, tourism, international cooperation and actors linked to the tourism sector is inserted in the work. For the development of the study, the following methodological instruments were used: bibliographic survey documentary and cartographic research on tourism in the Guiana Plateau.

**Keywords:** Tourism. Frontier. International cooperation. Connections.

## INTRODUÇÃO

A Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa são países sul-americanos com muitos estudos, mas com possibilidades de ampliação dos mesmos por meio de propostas de investigação que os relacionem com o Brasil e entenda a configuração, portanto, do território do Platô das Guianas. Dentro dessa perspectiva, se faz importante entender as novas relações nacionais e internacionais envolvendo o estudo de fronteiras e as novas dinâmicas no uso do território a partir da compreensão do turismo e suas potencialidades nesse contexto, num território transfronteiriço. O estudo baseia-se em entender os novos atores no Platô das Guianas nas escalas local, regional, nacional e internacional bem como ressaltar o turismo na área de fronteira.

Neste sentido insere-se no trabalho a tríade das Guianas, o Brasil, as relações entre turismo e fronteira, sendo estas, espaços distintos, complexos e dinâmicos. Contudo, procura-se analisar as principais iniciativas de cooperação e desenvolvimento do Platô das Guianas ligadas ao turismo, como exemplo: OTCA, IIRSA, COSIPLAN, UNASUL, MERCOSUL, entre outros.

Quando se pensa em Guianas como região de análise, surge um marco geohistórico fundamental na atual configuração da região setentrional da América do Sul demarcam uma territorialidade resultante de longos processos cuja colonização, aspectos históricos, geopolíticos tanto de aproximação ou de confronto entre europeus, indígenas e negros evocam semelhanças em aspectos como ocupação litorânea, rica biodiversidade, diversidade de populações indígenas, carência de conexões, ação do capital internacional dentre outras.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória em relação ao desenvolvimento turístico no âmbito multiescalar em uma região fragmentada, onde se localiza um significativo conjunto patrimonial e cultural ainda pouco conhecido. É neste debate que o turismo precisa ser pensado e teorizado, numa região complexa onde atores agem sobre o território em interação com outros atores.

## O BRASIL E A TRÍADE DAS GUIANAS

O Platô das Guianas não se regeram por um modelo civilizatório pronto a ser aplicado no Novo Mundo, mas consistiram numa experiência dinamizada em múltiplas variáveis – universo europeu e o indígena (REZENDE, 2006). O acontecer histórico processa-se no espaço-tempo. No caso no Platô das Guianas, o espaço refere-se a um território que hoje faz parte do Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. Santos (2012) explica que o espaço não é meramente físico, mas está relacionado ao processo humano de construção de fronteiras, que para o autor, esse espaço histórico é indissociável do tempo, pois a temporalidade é um fazer-se histórico no espaço. O modo como os homens do passado conceberam e viveram o tempo é uma via privilegiada para compreender a sociedade à qual pertenceram.

Nesta interpretação, Le Goff (2006) considera a multiplicidade dos tempos referindo sempre à um tempo unificado, divisível em unidades cuja medida se efetua com a ajuda de instrumentos cada vez mais sofisticados, que na concepção do autor, é difícil perceber as realidades temporais de uma sociedade na qual este tempo unificado não existe. Tal é o caso do Platô das Guianas, no entanto, esta sociedade evoluiu em direção a um maior controle do tempo.

Uma primeira aproximação da temporalidade no Platô das Guianas, Rezende (2006) nos faz pensar o universo psicossocial europeu na transição da Idade Média para a Moderna. Assim, segundo o autor, desde o início das grandes navegações esta região, bem como as demais da América Latina, foram sendo exploradas e povoadas por diversos povos europeus, destacando além dos povos ibéricos, os ingleses, os holandeses, os franceses ocasionando um espraiamento na região.

Recorrendo o que normalmente são discutidos no processo de formação escolar, as narrativas dos historiadores sobre as terras descobertas nas Américas têm início com a chegada de Colombo em 1492, fato que gerou curiosidade nos europeus pelas novas terras, principalmente, na busca de riquezas e posses. Neste ínterim, no Brasil, com a chegada de Cabral e o envio da carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, mitos e fábulas envolveram essas terras. Segundo Hulsman (2013), o mito do *El Dorado* ficaram bem conhecidas, principalmente após o descobrimento, foram quando os espanhóis iniciaram a realização de expedições pela região.

Azevedo Filho (2013) expõe que foram criadas imagens da Amazônia e invenções enquanto imaginário do pensamento europeu. O autor assevera diversas formas de ver a história e a geografia da Amazônia à época da conquista. Silva (1989) apresenta a constituição do espaço amazônico a partir da Amazônia Indígena, formada por povos nativos, indígenas, diferentes níveis de desenvolvimento de suas técnicas, desde coletores e caçadores a agricultores, artesãos, pescadores no meio em que viviam. Silva (1989) também apresenta a chamada Amazônia Colonial, forjada pelo processo de dominação territorial e comercial.

Através de relatos e crônicas, Gondim (1994) elenca em seu livro “A invenção da Amazônia”, que desde o século XII até o Iluminismo, começam a chegar os primeiros relatos à Europa sobre a Amazônia, e percebe-se que “a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. A invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo retrato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (Gondim, 1994, p. 72). Ressalta-se uma Amazônia mitificada muito antes da descoberta.

A busca pelo mito do *El Dorado* sempre aguçou os interesses das monarquias europeias. Este mito no entendimento de Hulsman (2013) impulsionou as explorações para várias localidades da América, neste caso em específico, para a Amazônia, com destaque para o espanhol Lope de Aguirre e o inglês Walter Raleigh.

De acordo com Hulsman (2013) o inglês Walter Raleigh foi um dos pioneiros que fez despertar o interesse europeu pelo Platô das Guianas, o qual mostrava que o mítico *El Dorado* que estava situado nas Guianas. Segundo o autor, foi assim que começou o desenvolvimento que criou um espaço singular nas terras setentrional da América Sul. Hoje, o Platô das Guianas é compartilhado por cinco países, cada um com sua própria língua, sendo a única no espaço latino onde línguas norte-europeias se estabeleceram como língua nacional.

A temporalidade no Platô das Guianas é histórica, fruto de colonização envolvendo países europeus na conquista da América do Sul: Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França. Hulsman (2013) evidencia que mesmo com o Tratado de Tordesilhas de 1494 ter atribuído divisões na região, os portugueses respeitaram o tratado, pois o Platô das Guianas não possuíam rios afluentes do Amazonas e não houve bandeirantes percorrendo esta região. Mas o autor salienta que os espanhóis nunca exploraram de forma acessível essas terras pouca lucrativa para a metrópole.

Para elucidar uma breve historiografia da Amazônia, Hulsman (2013) lembra que grande parte da Amazônia pertencia à Espanha devido ao Tratado de Tordesilhas, porém com a unificação ibérica, a união possibilitou a ação portuguesa e iniciou a organização no Norte da América do Sul estabelecendo em 1621 o Estado do Maranhão e do Grão-Pará, fazendo da cidade de São Luís o centro administrativo.

Neste sentido, Rezende (2006) frisa que a Inglaterra e a Holanda buscaram apoderar-se desta pequena região devido ao mito do *El Dorado*, onde os portugueses não tinham receio da presença de outros europeus, pois em 1616, os lusitanos chegaram à foz do rio Amazonas, estabelecendo domínio em nome da coroa de Felipe II, rei de Portugal, conhecido na Espanha como Felipe III (REZENDE, 2006).

Hulsman (2013) ressalta que as Guianas ficaram relativamente intocadas, mesmo que o Cabo do Norte das Companhias Hereditárias, comandada por Bento Maciel Parente, a região caiu fora do domínio português, criando um momento propício para invasões como ocorreu no final do século XVII pela França. O autor deixa claro que a expansão portuguesa concentrou-se na margem sul do rio Amazonas.

Neste sentido, Granger (2016, p. 73) pondera que “as Guianas foram como lotes de consolação para uma Holanda e uma França frustradas nas conquistas das Américas, ao contrário da Inglaterra”. Diante do exposto, Rezende (2006) evidencia que os franceses após perderem sua posição no Rio de Janeiro em 1560, e no Maranhão em 1615, rumaram para o Norte da América do Sul e fundaram no Platô das Guianas a cidade de Caiena em 1634, fixando permanência de seus colonos na América. O autor enfatiza que os holandeses se refugiaram na Guiana Holandesa (hoje Suriname) depois da expulsão de Pernambuco em 1654.

Mesmo com a expulsão das terras portuguesas, os holandeses já haviam navegado pelos rios Essequibo e Orinoco, que no entendimento de Cavlak (2015) começaram a estabelecer contatos e iniciaram pequenos comércios junto aos ameríndios, principalmente urucu e redes, e por volta de 1615, fundando seis anos depois a Companhia das Índias Ocidentais e Orientais.

Oliveira (2013) elucidada que neste período, os espanhóis ocupavam a região do que hoje seria a Venezuela, enquanto os portugueses povoavam o Grão-Pará, ambos desconhecendo os rios Essequibo e Orinoco. Numa outra perspectiva, Reis (2000) relata que já ocorriam diversas disputas e batalhas entre espanhóis e portugueses com o intuito de expulsar os holandeses e ingleses durante o século XVI, sendo que essas disputas ocorreram entre 1616 a 1639 sendo que a última posição holandesa desapareceu na região da atual cidade de Macapá.

Reis (2000) pondera que mesmo com muitos mortos e feridos, através do Tratado de Vestifália de 1648 ocasionou a legalização a posse holandesa numa faixa de terra no norte do continente. O autor salienta que o grande interesse holandês em solo americano estava dirigido para o nordeste brasileiro em busca de comércio e açúcar.

Durante os séculos XVII e XVIII, devido às tentativas frustradas dos ingleses e holandeses devido à obrigação da colônia comercializar exclusivamente com sua metrópole, ou seja, o que a história chama de pacto colonial, contribuiu para um afastamento mútuo, dificuldades de reconhecimento das fronteiras e até hoje uma tentativa de integração e aproximação mesmo depois do processo de independência.

Quando se pensa em Guianas como região de análise, surge um marco geohistórico fundamental na atual configuração da região setentrional da América do Sul, demarcam

uma territorialidade resultante de longos processos cuja colonização, aspectos históricos, geopolíticos tanto de aproximação ou de confronto entre europeus, indígenas e negros evocam semelhanças em aspectos como ocupação litorânea, rica biodiversidade, diversidade de populações indígenas, carência de conexões, ação do capital internacional dentre outras.

A América do Sul, composta por 12 países e um departamento ultramarino francês, é um recorte territorial das Américas repleto de desafios para sua compreensão, seja do passado seja do presente. Atualmente, o Platô das Guianas (mapa 01) engloba parte da Venezuela, Brasil e na totalidade a Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

Mapa 01 – Localização Geográfica da região de estudo



A faixa de fronteira Brasil, Guiana Francesa, Suriname e Guiana possui uma importância histórica na América do Sul, relacionada a acontecimentos históricos que perpassaram sua história política. Sua localização geográfica lhe propicia um destaque geopolítico na América Latina.

Este espaço ou região das Guianas é entendido por Rezende (2006) de forma geral como um território construído, ocorrido muito antes de serem estabelecidos os Estados e limites territoriais na América do Sul. Rückert e Pereira Carneiro (2018) consideram o Platô das Guianas hoje, inserido numa macrorregião transfronteiriça integrada por territórios pertencentes ao Brasil, a Guiana Francesa, o Suriname, Guiana e parte da Venezuela, cuja particularidade é dada pelos sistemas de ações das comunidades que aí viveram e ao uso que deram ao seu território no decorrer de um processo histórico compartilhado.

## **TURISMO, LIMITE E FRONTEIRA**

Analisar a região de fronteira significou durante muito tempo pensar em separação, em rupturas espaciais entre Estados territoriais. Porém, esse espaço é dinâmico, e suas transformações nem sempre acompanham as macropolíticas dos Estados. Definindo limites e fronteiras, Machado (1998) explica que o limite é uma linha imaginária que separa o território jurídico de dois Estados, enquanto a fronteira pode ser entendida como uma região que possui como marco, ou símbolo, a transição da dominação territorial de um Estado para outro.

Martins (2009) contextualiza que o surgimento da noção de fronteira está ligado à tradição nômade dos grupos humanos e relacionada à evolução das formas de propriedades, criando necessidade de habitar territórios mais bem delimitados. Diante do exposto, numa concepção moderna, a fronteira viria com a consolidação dos Estados Nação.

Ao mesmo tempo em que a fronteira representa uma linha de separação entre povos, ela também representa o primeiro ponto de tangência entre ambos. Martins (2009) diferencia os termos e ressalta que o limite é reconhecido como linha, e não pode, portanto ser habitado, ao contrário da fronteira que, ocupando uma faixa, constituindo uma zona muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de países vizinhos podem desenvolver atividades como compras, intercâmbios e até contrabando. No entendimento de Hissa (2002) o limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Ainda segundo Hissa (2002), a reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma discussão sobre o poder, na medida em que fronteiras e limites servem para estabelecer domínios e demarcar territórios.

Raffestin (1993) ressalta que as mudanças sociais, econômicas e políticas redesenham os mapas, ora com expansão e anexação territorial, ora retraindo seus limites, mas não suas relações. Com o surgimento dos Estados Modernos, ou seja, da definição do Estado Nação, a preocupação com a delimitação dos espaços de domínio e de exercício da soberania se consagra, reforçando a relação território e poder. Para Raffestin (1993) o Estado existe quando uma população ocupa determinado território e exerce soberania e poder sobre ele. O autor ainda destaca que, para caracterizar um Estado, é indispensável à análise da população, do território e da autoridade.

Com uma análise aos fenômenos fronteiriços contemporâneos e os velhos e novos significados de fronteira, Foucher (2009) nos explica que as fronteiras serão examinadas em diversas escalas, pois elas são os contornos de conjuntos de natureza e tipo os mais diversos: construções geopolíticas, multiescalares, multifuncionais – limites políticos, fiscais, muitas vezes linguísticos e militares.

Entender os conceitos de limite, fronteira e do próprio território, nas suas concepções atuais é evidenciar o espaço geográfico por e a partir de relações de poder que materializam e configuram a organização espacial, numa delimitação cada vez mais flexível das fronteiras, sobretudo em se tratando de questões econômicas e das redes de circulação e comunicação. No entanto, essa flexibilidade não marca o fim das fronteiras, que não perde sua conotação de demarcação e proteção territorial, embora consiga ser entendida por muitos autores como uma área onde se articulam relações locais, regionais, nacionais e internacionais, numa dada condição espaço-temporal.

Apesar dessa redefinição do papel da fronteira, até hoje ela é vista por muitos geógrafos e outros cientistas sociais apenas como um espaço estratégico dos interesses geoeconômicos e geopolíticos dos Estados territoriais e suas infraestruturas de integração. Nos últimos anos, a questão sobre fronteiras está sendo utilizada também no setor turístico. Estes estudos sobre o tema surgem nas questões governamentais e acadêmicas levando ao turismo a existência de uma nova modalidade, uma vez que o turismo se desenvolve como uma atividade dinâmica. No entanto, Porto (2010) chama a atenção que foi com processo de integração econômica que tais oportunidades começaram a surgir. Neste sentido, com o processo de desenvolvimento nas áreas de fronteiras em vista, o turismo vem ganhando cada vez mais destaque. Dessa maneira, com a existência de novas demandas do turismo ligada às fronteiras é necessário identificar conceitualmente do que se trata esse conceito.

Observa-se que pelo processo de desenvolvimento regional nas fronteiras, o turismo vem se mostrando como um dos seus fatores dinamizadores, principalmente das fronteiras internacionais. Segundo Costa (2013) foi no século XX para o século XXI que o turismo teve sua maior evolução e desenvolvimento. O turismo cresce, novos mercados turísticos e consumidores surgem e novas formas de gestão e planejamento no setor acontecem.

A região em estudo se destaca no plano de relações internacionais. Superti (2013) destaca a exemplo das relações econômicas, culturais e geopolíticas com o Mercosul, UNASUL, CARICON entre outros acordos de cooperação, a mobilidade populacional constante entre as fronteiras dos países que compõem o Platô das Guianas influencia no cotidiano da fronteira, outras identidades socioculturais.

O estudo apresentado discute a configuração de atividade turística em região de fronteira internacional, precisamente no Platô das Guianas entre Brasil, Guiana Francesa, Suriname e Guiana. Assim, faz-se necessário entender o turismo a partir das diversas matizes, quanto às relações sociais, culturais, econômicas e ambientais, além de analisar como o turismo ocorre neste território.

Os territórios de fronteiras, no contexto do turismo, têm sido estudados nos últimos anos, enquanto espaços que possibilitem uma reconfiguração para seus usos. Autores como Paixão (2006), Nóbrega (2013), Silva (2018) e Porto (2009), entre outros analisam o conceito de turismo, cooperação, redes regionais e internacionais, problemas das fronteiras internacionais, etc. Estes autores, dentre outros analisam a região das fronteiras relacionando os aspectos sociais, econômicos e políticos, além do reordenamento espacial e ações de cooperação. As considerações acima representam exatamente a complexidade do Platô das Guianas. Nelas ficam nítidas as diferenças socioeconômicas e culturais, que são frutos de suas histórias, as quais são marcadas por divergências políticas, disputas de terras e conflitos.

Diante do exposto, o turismo é colocado dentre as funcionalidades e relacionado aos processos de desenvolvimento do Platô das Guianas. As estratégias de integração e desenvolvimento têm sido propostas, mesmo que de forma embrionária para o Platô das Guianas, como forma de sublimar o atraso histórico imputado à região. Obvio que, cada um considerando suas adversidades e contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

## **CIRCULAÇÕES POSSÍVEIS NO PLATÔ DAS GUIANAS**

O Platô das Guianas corresponde à região periférica dentro do contexto amazônico. Porto (2010) entende que a Amazônia continua sendo tratada como periférica pelo governo federal brasileiro e por elites locais, mantendo a região Norte desprovida de conexões terrestres, encontrando-se em estágio embrionário, tendo em vista os grandes espaços ocupados por florestas e as grandes distâncias entre as cidades, pequeno volume de circulação de mercadorias.

Destacando o processo de integração e cooperação no Platô das Guianas, Porto e Silva (2009) destacam a criação em 1987 do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, hoje chamada de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, cujo objetivo foi estabelecer estratégias de desenvolvimento e cooperação entre os países do Platô das Guianas, com exceção da Guiana Francesa, o que mais tarde sinaliza interesse em contribuir para o processo de cooperação. Assim, os autores salientam que esse bloco pode criar estratégias e instrumentos de intervenção, visando elevar a qualidade do desenvolvimento dos países.

Posteriormente, a busca por soluções conjuntas para a carência de infraestrutura passou a ser tema da IIRSA, iniciativa criada em 2000 para coordenar ações intergovernamentais centradas em projetos de integração de infraestrutura nos setores de transporte, energia e comunicação (BRASIL, 2000). Para Castro e Porto (2009) a IIRSA tem por objetivo promover uma composição maior dos mercados da América do Sul e suprir a precariedade da infraestrutura de transporte e comunicação, hoje considerada um entrave.

Com a participação de membros da Comunidade Andina, Mercosul, CARICOM, mais o Chile, criou-se em 2004 a Comunidade Sul-Americana das Nações – CASA e transformada em UNASUL em 2008. A UNASUL abrange conselhos ministeriais, setoriais e temáticos que abarcam setores como: saúde, energia, ciência e tecnologia, cultura, educação, infraestrutura, segurança pública, justiça e turismo. Lima (2017) destaca que um dos pilares do arranjo regional é a integração física, que está a cargo o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), pelo qual a IIRSA foi incorporada.

A materialização de eixos de integração e desenvolvimento se fortalece com os Planos Plurianuais, que para Cruz (2013) cria instrumentos legais para a execução de planos, programas e projetos, visando o estabelecimento de medidas de intervenção na região estudada. Nascimento (2008) destaca que em 2007, criou-se o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o período de 2007 – 2010 visando fazer investimentos em infraestruturas, estímulo de créditos e ao financiamento, aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

Por serem países com independência recente, Guiana e Suriname estabeleceram contatos com o Brasil por meio de visitas oficiais e atos bilaterais. De acordo com Brasil (2008) o governo

Lula foi o que mais assinou acordos bilaterais. A ponte sobre o Rio Tacutu em 2007, inaugurada em 2009 foi a primeira ligação terrestre entre Brasil e Guiana anunciada em 1971 e inaugurada 38 anos após o anúncio. Com relação ao Suriname, também foi no governo Lula que se teve a maioria das assinaturas dos acordos bilaterais entre os países seguido do governo Dilma Roussef (BRASIL, 2008). Em relação a períodos recentes, a relação entre Guiana e Suriname com o governo brasileiro, registrou aumento de fluxos comerciais, ingresso de ambos Estados associados ao Mercosul, articulação burocrática administrativa e integração física (BRASIL 2008).

O Brasil é um parceiro com potencial para contribuir com na superação de vulnerabilidade e dependência, principalmente para melhorar o desempenho econômico. Lima (2017) destaca que de acordo com o levantamento nas mídias guianenses, há interesse da Guiana em ingressar no mercado brasileiro de arroz e farinha, além na transferência tecnológica e desenvolver o setor de turismo para atrair público brasileiro. Ainda de acordo com a autora, no levantamento nas mídias surinamesas e brasileira acusou que “as expectativas surinamesas em relação ao Brasil centram-se no mercado do arroz, turismo, na cultura do etanol, além da expectativa de que a linha de navegação direta entre os dois países possa viabilizar a expansão do comércio mútuo” (Lima, 2017, p. 64).

No que tange à Guiana Francesa, Silva (2014) destaca que apesar de se tratar de um departamento ultramarino francês, em função de seu isolamento, concentração demográfica na região litorânea e da forte dependência em relação à França metropolitana, o território apresenta problemas e deficiências semelhantes aos dos países sul-americanos. Na questão referente ao acesso e circulação a essas áreas há necessidade de rever as normas vigentes, principalmente na entrada de turistas brasileiros na Guiana Francesa que necessitam da obrigatoriedade de visto oficial no passaporte para os brasileiros. Paradoxalmente, no momento em que a construção e inauguração da ponte Binacional na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa permitem uma conexão física entre os países.

Uma ilustração simbólica das intenções de cooperação transfronteiriça na fronteira franco-brasileira ocorreu em 1997. Naquele ano, Silva (2014) ressalta que reuniram-se na cidade franco-guianense de Saint-Georges o então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso com o presidente francês à época Jacques Chirac. Aquele gesto foi repetido, na mesma cidade, por Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, em 2008.

Imagem 01: Símbolo das novas relações iniciadas entre a França e o Brasil



Fonte: Agência Brasil.

Diante do exposto, destaca-se a abertura da ponte binacional, prevista para o ano de 2012, mas somente no mês de março de 2017, teve sua abertura, mas de maneira parcial, o

que provocou a contiguidade de territórios, um elo entre a BR 156 e a Route Nationale 2, provocando extensões territoriais entre os dois países. Vale destacar que com a abertura da ponte, a circulação na bacia do rio Oiapoque mudou e apareceu um sistema dual a assimétrico. Para Silva, Granger e Le Tourneau (2019) a ponte passou a capturar a circulação formal, mas com normas impostas pela França continental. Os autores destacam que habitantes de Caiena e Kourou, usam a ponte para se deslocaram para a cidade de Oiapoque e Macapá no intuito de fazer compras.

Com a abertura da ponte, Porto (2013), Silva (2018) e Granger (2016) sinalizam potencialidades na fronteira franco-brasileira, entre as cidades de Oiapoque e Saint George, promovendo o desenvolvimento econômico. Como exemplo, a atividade turística pode ser melhor aproveitada diante das potencialidades existentes na região, principalmente o turismo em áreas naturais (MOURA, 2018). Nesta fronteira, Moura (2018) destaca que a cidade de Oiapoque possui a maior concentração de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e demais prestadores de serviços, mesmo que ainda se apropriam de uma incipiente atividade turística.

Imagem 02: Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque



Fonte: G1 Amapá.

Em face ao fluxo formal de passagem pela ponte, o rio Oiapoque continua sendo usado para trânsito informal de pessoas e mercadorias. Para Silva (2014) os catraieiros também são protagonistas na conexidade fronteiriça. São embarcações motorizadas que navegam pelo rio Oiapoque, conectando, sobretudo, as pessoas na fronteira.

De acordo com Moura (2018, p. 101) os catraieiros se organizam em associações e cooperativas:

- 1 - Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI;
- 2 - Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV;
- 3 - Cooperativa de Transportes e Turismo de Oiapoque – COOPTUR;
- 4 - Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock.

Entre os destinos que são realizados pelas catraias, têm-se: Saint George – Clevelândia, Vila Vitória – Saint George, Saint George – Chácara Du Rona, além, de outros deslocamentos. Silva (2014) destaca que todos os deslocamentos possuem valores tabelados pelas associações, que variam de acordo com período da realização travessia que podem ser no período diurno ou noturno, os valores cobrados nas viagens noturnas, são mais elevados, tanto na moeda Real quanto na moeda Euro.

Do outro lado da fronteira, já no lado francês, Moura (2018) destaca os automóveis com placas francesas, conhecidos como Navetes, (veículos similares a vans) são os responsáveis para fazerem de maneira coletiva os deslocamentos nas cidades daquele país, especialmente, entre Saint George até a capital Caiena e Caiena à Saint George, e também até Oiapoque, atravessando para o lado brasileiro, principalmente após a abertura parcial da Ponte Binacional.

A ausência de infraestruturas de transportes terrestres e a grande presença de áreas de conservação são alguns fatores que dificultam o trânsito de pessoas e mercadorias na região. Apenas três rodovias federais conectam as áreas correspondente à calha norte do rio Amazonas aos países vizinhos (BR-156, BR-174 e BR-401). De acordo com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o reconhecimento de terras indígenas e a criação de áreas de conservação atuam no processo de estabilização do povoamento e dificulta a entrada de frentes internas e externas (BRASIL, 2009).

A preocupação com a defesa da região se explica pela história da colonização, as disputas entre potências europeias o que resultou na constituição das três Guianas. Para Porto (2010) a preocupação com a defesa acompanhou o início da história da colonização da Amazônia brasileira. Rückert e Pereira Carneiro (2018) explicam a condição periférica do Platô das Guianas, ou seja, uma região que não abrange as grandes cidades amazônicas como Manaus e Belém, ficando distantes dos principais polos econômicos da América do Sul.

Ainda existem projetos do COSIPLAN para o Platô das Guianas. A quase totalidade desses contempla obras do setor de transportes merecendo destaque a um conjunto de pontes e rodovias que juntos formariam a rodovia Transguianense.

A Carteira de Projetos do COSIPLAN aponta quatro grupos de projetos do Escudo das Guianas: interconexões Venezuela-Brasil, Brasil-Guiana, Venezuela (Cidade Guiana) – Guiana (Georgetown) – Suriname (Paramaribo) e Guiana-Suriname-Guiana Francesa-Brasil. No total de vinte projetos agrupados nestes quatro grupos somente a reabilitação da rodovia Caracas-Manaus encontra-se em fase de execução, com previsão de término até 2019. A ponte internacional sobre o rio Oiapoque (Brasil-Guiana Francesa) e linhas de fibra ótica conectando Caracas ao norte do Brasil são dois dos poucos projetos concluídos (COSIPLAN, 2016, p. 147).

Podemos destacar que de acordo com Rückert e Pereira Carneiro (2018) no trajeto entre Georgetown, a capital da República Cooperativa da Guiana, e a cidade de Lethem, na fronteira com o Brasil, grande parte da rodovia não é asfaltada. De acordo com os autores, a viagem é dificultada pelos poucos horários de funcionamento da balsa que faz a travessia do rio Essequibo, o que ocorre apenas duas vezes ao dia (a cada 12 horas). Rückert e Pereira Carneiro (2018, p. 29) esclarecem que

o percurso, que no período seco dura em média 24 horas, em função das condições da estrada, é realizado por meio de vans, que transportam em seu interior, junto com os passageiros, mercadorias de todo tipo (material de construção, alimentos e até galões de gasolina), o que torna a viagem muito perigosa, desconfortável e cansativa.

Apesar do contexto geopolítico pouco favorável, surge na fronteira da Guiana com o Brasil o turismo alternativo, como o ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural. Cavalcante (2013) esclarece que na capital Boa Vista, no estado de Roraima, vem surgindo, entre população e gestores indígenas discussões sobre a abertura de pontos turísticos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e os benefícios que o etnoturismo pode trazer para o desenvolvimento local. Apesar do turismo em áreas indígenas ser oficialmente proibido, nos últimos anos tornou-se frequente por parte de agências de turismo a solicitação de entrada de turistas junto a FUNAI (CAVALCANTE, 2013).

Nogueira e Falcão (2011) explicam que existem pacotes turísticos incluindo comunidades indígenas na aldeia Terra Indígena da Raposa Serra do Sol, na tríplice fronteira ao norte do Brasil. Os autores destacam que essa prática vem acontecendo sem o planejamento e a gestão participativa da comunidade, o que envolve no processo mão-de-obra barata. O turismo indígena na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana vem como alternativa econômica de desenvolvimento sustentável para as comunidades localizadas nas terras indígenas (CAVALCANTE, 2013).

Nesse contexto, o turismo indígena de maneira planejada, leva-nos a refletir sobre o turismo como alternativa de desenvolvimento local, a exemplo da comunidade Ingarikó que, apesar de preservar sua identidade cultural, mantendo dessa forma seus valores culturais presentes e vivos, ainda realiza o turismo com mão de obra barata.

Já o Suriname sente os impactos da conexão entre seus dez distritos de baixa densidade populacional, de meios técnicos e a pouca fluidez na circulação, em relação a capital Paramaribo. Para Corbin, Jubithana-Fernand e Hayden (2018) o Suriname é um país de destino e trânsito de migrantes provenientes da Amazônia, principalmente a brasileira.

A fronteira com o Brasil é extremamente isolada pela do Serra do Tumucumaque. Já na fronteira com a Guiana, o difícil tráfego transfronteiriço é o resultado de disputas diplomáticas entre os dois países. Para Silva (2018) é possível facilmente atravessar a fronteira internacional que ocorre por barco pelo rio Corentyne, no chamado Moleson Creek, cais de ferryboats entre os países, ligando as cidades de Nieuw Nickerie (Suriname) e Skeldon (Guiana). De acordo com Silva (2018) a cidade vizinha de Skeldon, a cidade de Springland transformou-se em cidade dormitório para garimpeiros oriundos do Brasil e de ponto de apoio de veículos com destino a Georgetown.

Vale destacar que a presença de garimpeiros em ambos os lados da fronteira, cuja mobilidade é grande, de certa forma é ameaçada pelas tensões diplomáticas, o que para Silva (2018) retarda a integração regional proposta pela UNASUL, da qual pertencem tanto a Guiana quanto o Suriname. Na proposta do projeto da IIRSA-COSIPLAN, está previsto obras de infraestruturas para facilitar a circulação de mercadorias na rodovia transguianense.

A circulação ilegal de mercadorias e de pessoas na fronteira franco-surinamesa ocorrem por embarcações que fazem a travessia pelo rio Maroni, entre as localidades de Saint-Laurent-du-Maroni, na Guiana Francesa, e Albina no Suriname. Para Silva (2018) há uma proposta de se construir uma ponte binacional sobre o rio Maroni ligando fisicamente ambos os países. Na compreensão do autor, esta proposta está longe de se efetivar, visto que a França não possui interesse estratégico com a ligação física transfronteiriça, “embora isso possa significar uma maneira da Guiana Francesa sair do isolamento físico regional” (SILVA, 2018 p. 210).

Rückert e Pereira Carneiro (2018) explicam que apesar de existir um grande número de embarcações que fazem a travessia de veículos e pedestres, as aduanas dos dois lados da fronteira possuem horários de funcionamentos específicos, fechando em determinados períodos do dia, o que limita o trânsito de pessoas entre os dois lados. Vale destacar que para adentrar no território francês, há a exigência de visto para a entrada de cidadãos surinameses, esta regra serve também para cidadãos brasileiros.

Ainda que a questão das divergências entre as legislações venha a ser dirimida, é importante ressaltar que a retomada dos projetos de infraestrutura no Platô das Guianas poderia gerar impactos positivos, mas também negativos. De um lado, as obras de conexão viária serviriam como fator impulsionador do turismo entre os países do Platô das Guianas.

Superti (2013) analisa a cooperação fronteiriça como alternativa viável ao desenvolvimento econômico e social sendo fundamental para contribuir com o planejamento do turismo na região abordada. Ter-se em vista as peculiaridades locais, as complexidades inerentes de desenvolvimento do turismo assim como a polissemia do conceito de fronteira. Diante do exposto, as regiões de fronteiras internacionais apresentam turismo que demanda parâmetros de análise, é o que propõe este trabalho.

## **ESCALA E OS ATORES DO TURISMO NO PLATÔ DAS GUIANAS**

A gestão de um destino turístico pode ser influenciada por diversos fatores, mas o mais significativo refere-se à comercialização de tal destino. Para Castrogiovanni (2002) dentre os elementos significativos para a atratividade turística pode-se dizer que o conhecimento das diferenças culturais existentes entre os povos constitui-se numa das mais importantes motivações das viagens turísticas. Independente do motivo da viagem e do perfil do viajante, todos têm algumas expectativas comuns para qualquer destino. Além da qualidade dos serviços, os preços adequados e a segurança sempre são considerados nas viagens.

A comunidade local pode se organizar em grupos de acordo com atividades, afinidades e interesses comuns, formando outros importantes atores do turismo local: a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e os recursos humanos do turismo. A sociedade civil organizada pode ser representada por diversos grupos sociais reunidos por afinidade de interesse, atividade profissional, idade, localização entre outros.

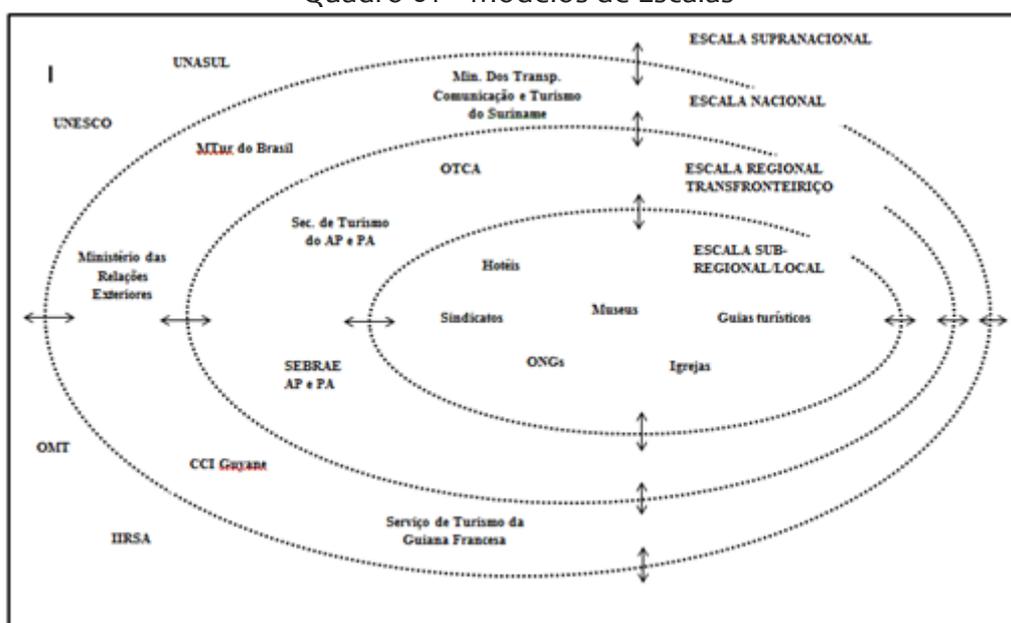
Como exemplos é possível citar alguns órgãos da escala nacional que tem seus representantes nas demais escalas da administração pública, como os ministérios do Turismo e da Cultura, responsáveis pela gestão e proteção de patrimônios de interesse turístico. Não se pode ignorar a relevância dos órgãos que propiciam e regulam os fluxos de visitantes como os ministérios das Relações Exteriores, Transporte, Infraestrutura, Segurança, Trabalho e Educação. Apesar da influência desses órgãos, são os Organismos Oficiais de Turismo - OOTs, os principais responsáveis pela gestão pública do turismo (MTur, 2018).

No Brasil, na escala nacional o OOT é o Ministério do Turismo. Os Estados e os municípios têm liberdade para definir seus organismos oficiais, e a maioria opta pelas secretarias estaduais e municipais de turismo ou departamentos e divisões em secretarias afins. O mesmo ocorre nos países fronteiriços como a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, porém cada país com sua característica político administrativa.

Para Lemos (1997) os setores públicos se inserem no turismo em busca dos efeitos positivos resultantes da atividade. As vantagens dos gestores estão na ampliação de empregos, renda, no reconhecimento da localidade enquanto marca turística que lhe gera popularidade e os impostos arrecadados. O desenvolvimento social que a dinamização do turismo está entre os benefícios almejados, mas são apenas construídos em longo prazo (LEMOS, 1997).

Além de resguardar os interesses individuais, a cooperação é resultado de relações quase sempre conflituosas por envolver interesses diferenciados. Toda e qualquer relação, e por isso também no turismo, envolve interesse, influência e poder em cada lado da fronteira. No (quadro 01) pretende-se ilustrar a relação entre os múltiplos atores e as múltiplas escalas na efetivação da gestão e difusão do turismo na escala local/regional.

Quadro 01 – Modelos de Escalas



Org. SANTOS, C.R.

Percebe-se que os diferentes atores representam um enquadramento de poder expresso numa escala, seja local, regional, estadual, nacional ou internacional. No entanto, observa-se que cada prática de poder sobre este recorte pode ou não acontecer isoladamente, nem as escalas se sobrepõem umas as outras. Para Castro (2013) elas interagem através de seus atores públicos e/ou privados e de suas orientações políticas. De acordo com a autora, as escalas são porosas, pois muitas ações que ocorrem em uma delas ou mais podem ser definidos em outras. Quanto maior for a porosidade entre as diferentes escalas, expressas em interações conjuntas na busca de desenvolver objetivos comuns, será o desenvolvimento.

Os órgãos envolvidos com a salvaguarda no Platô das Guianas podem ser divididos em quatro escalas: supranacionais, nacionais, regional/transfronteiriça e sub-regional/local. Entre os supranacionais se destacam a UNESCO, a OMT, a UNASUL, a IIRSA. Na escala nacional temos o Ministério do Turismo no Brasil, o Ministério dos Transporte, Comunicação e Turismo no Suriname e o Serviço de Turismo na Guiana Francesa. Já na escala regional/transfronteiriça se destaca a OTCA e o Mercosul sendo órgãos intergovernamentais. Na escala sub-regional/local sindicato, ONGs, hotéis, associações, guias turísticos, museus entre outros.

No Suriname, conta com pouca infraestrutura turística e, em Paramaribo, existe razoável oferta de hotéis e serviços turísticos, como agências de viagens, aluguel de carros, casas de câmbio e serviços de táxi que atendem a chamados por telefone (BRASIL, 2020). Além da arquitetura colonial em madeira, encontrada na capital e em outras cidades, o Suriname oferece destinos para turismo de natureza e aventura, como por exemplo, o Parque Natural Brownsberg, a Reserva Natural do Suriname Central, a Represa de Brokopondo, Tafelberg, Julianatop. Atualmente, o turismo que vem ganhando destaque em suas rotas turísticas é o eco-turismo. O Ministério dos Transportes, Comunicação e Turismo é o órgão responsável pela preservação das 11 reservas naturais. A UNESCO tem tido essa reserva em sua lista do Patrimônio Mundial desde 2000.

De acordo com o Brasil (2020) na Guiana, para além dos hotéis, existem poucas instalações turísticas em Georgetown, e um pequeno número de resorts pode ser encontrado no interior do país. Grande parte da população da Guiana vive na zona litorânea, permanecendo o interior pouco populoso e pouco desenvolvido. O turismo está voltado às paisagens naturais, parques ecológicos, cachoeiras e o Monte Roraima, que divide o Brasil, Guiana e Venezuela, além do turismo indígena. De acordo com site de viagem, o centro histórico de Georgetown está a concorrer para ser inserido na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO, pois a maior parte das casas antigas da época colonial são de madeira.

Na Guiana Francesa é considerada uma região ultraperiférica da União Europeia, ou seja, um território que sofre com um atraso estrutural, agravando seu desenvolvimento social e econômico (SILVA, 2008). Do lado da Guiana Francesa, há regras mais claras quanto às perspectivas futuras, pois são seguidas pelas definições da UE.

Para Brasil (2020), a Guiana Francesa se destacam duas atrações turísticas principais. A mais visitada são as ruínas do centro penitenciário das Iles du Salut, em Kourou. Trata-se de um conjunto de três ilhas, Royale, St. Joseph e Ilha do Diabo (esta última de acesso interdito), onde se podem ver a antiga cadeia, hospital, igreja, etc. A segunda grande atração, também em Kourou, é o Centro Espacial, que é aberto à visita pública, exceto nos dias de lançamentos de foguetes. As visitas são guiadas e gratuitas, mas é preciso agendar com antecedência. De acordo com o site, na visita, são mostradas as plataformas de lançamento e os centros de controle. Os lançamentos de foguetes, sempre no final da tarde, podem ser melhor apreciados das praias, em dias de tempo claro.

Em pesquisas realizadas em sites de turismo da Guiana Francesa, além dos comuns roteiros turísticos, são oferecidas diversas excursões ecológicas, inclusive com expedições de canoa e caminhadas pela floresta que duram vários dias. De acordo com o site (<https://www.guyane-amazone.fr/>) pratica-se, na Guiana Francesa, o “ecoturismo”. Há excursões para ilhotas da costa franco-guianense, em pequenos barcos turísticos, assim com há passeios em rios, igarapés e lagos para observação de répteis e pássaros. As praias só são frequentadas no final da tarde, devido ao clima equatorial, a água do mar ser quente e um pouco barrenta, dada a proximidade da foz dos rios amazônicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda com todos os acordos de cooperação e articulação dos atores em multiescalares não é possível garantir um desenvolvido satisfatório e justo para a localidade, no caso do Platô

das Guianas. Este trabalho propôs analisar os atores em diferentes escalas na fronteira do Platô das Guianas, num cenário de globalização e articulação física em territórios periféricos sul-americanos. Além de preservar em cada país os remanescentes singulares de suas histórias e que as ações de preservação sejam realizadas internacionalmente de modo a garantir ao observador uma visão mais completa.

Neste sentido, algumas ações já são realizadas no Brasil e Guiana Francesa com a construção da ponte Binacional na cidade de Oiapoque e Saint George de l'Oyapock, estratégias estas para o aumento da competitividade de empresas, através da melhoria multimodais dos transportes, rede de comunicação e principalmente com a diminuição das descontinuidades geográficas no melhoramento de vias de circulação, sobretudo de rodovias. É através das políticas de cooperação, integração e infraestrutura, o setor do turismo entra em destaque para as áreas de fronteira.

Contudo, os órgãos nacionais envolvidos necessitam de ações integradas voltadas não somente à conservação e divulgação turística, mas também à efetivação de roteiros turísticos e da divulgação de forma mais completa, através da qualificação de profissionais e da diversificação das experiências criadas. O desenvolvimento turístico deve envolver a comunidade para que ela participe verdadeiramente do processo e possa usufruir de seus resultados.

A ideia é integrar e fortalecer o compromisso entre os atores envolvidos, de modo a aumentar os negócios nas regiões, promover a inclusão social, resgatar e preservar valores culturais e ambientais, com o intuito de reduzir as disparidades regionais e aumentar a oferta de emprego e renda, além disso, incrementar o fluxo de turistas provenientes de países vizinhos, atuando na implementação e melhorias em roteiros turísticos integrados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal Consular. 2020. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/seu-destino/guiana#infraestrutura-turistica>. Acesso em: 18 jul de 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal Consular. 2020. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/seu-destino/guiana-francesa#infraestrutura-turistica>. Acesso em: 17 jul de 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal Consular. 2020. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/seu-destino/suriname#infraestrutura-turistica>. Acesso em: 15 jul de 2020.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e política: território, escala de ação e instituição*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CASTROGIVANNI, A. C. Existe uma geografia do turismo? In: GASTAL, S.; KRIPPENDORF, J. *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

CAVALCANTE, J. S. Turismo na fronteira: desenvolvimento local nas terras indígenas. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais*. v.3, n.1. 2013.

CAVLAK, I. *A Holanda e a América do Sul: a formação do Suriname*. INTELLECTOR, v. XII, n. 23, jul/dez 2015.

CORBIN, H.P; JUBITHANA-FERNAND, A; HAYDEN,D. Observações recentes na migração de brasileiros da Amazônia brasileira para o Suriname. *Olhares Amazônicos*, Boa Vista, v.6, n.2, jul./dez. de 2018. Pp. 1254-1268.

COSIPLAN. API. *Agenda de projetos prioritários de integração*. 2016. Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin.iirsa\\_web/Uploads/Documents/api\\_agenda\\_de\\_](http://www.iirsa.org/admin.iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_)

COSTA, W. M. da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CRUZ, S. H. R. Turismo de fronteira : do conceito à prática no Escudo Guianês – Brasil e Guiana Francesa. In.: *Escudo Guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura*. L. Simonian ; A. Costa ; E. Baptista (Org.) – Belém: NAEA; GSF: 2013.

FOUCHER, M. *Obsessão por fronteiras*. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo : Radical Livros, 2009.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. 1ª ed. São Paulo. Marco Zero, 1994.

HISSA, C. E. V.A. *Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

HULSMAN, L. Notas sobre a historiografia das Guianas, uma região caribenha e amazônica. *Revista Científica de Pesquisas Eleitorais e Política da Amazônia – NUPEPA/UFRR*. v, 1. n, 1. 2013.

LE GOFF, J. Memória. In: *História e memória*. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. Turismo, Modernidade e llobalização: São Paulo, MetrÓpole Mundial. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org) *Turismo. Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. (42-64).

LIMA, S.A. *Guiana e Suriname da integração da América do Sul*. *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*. V., n.1 ago-dez. 2017 p. 51-74.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOURA, E. D. *TerritÓrio-rede e fronteira: um vislumbrar para o começo do Brasil – Oiapoque – Amapá*. *Geographia Opportuno Tempore*. UEL, v. 4, nº 3, 2018.

NASCIMENTO, D.M. *Relações internacionais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008. 243 p.

NÓBREGA, W. R. de M. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no estado do Pará. In.: *Turismo em foco / Francisco F. Azevedo ... [et al.] (org.)* – Belém: NAEA, 2013.

NOGUEIRA, E. M.; FALCÃO, M. T.. Serra do sol: o turismo de base local como fonte de desenvolvimento das comunidades. *Revista Geográfica de América Central*. Número especial EGAL, II semestre, Costa Rica: 2011, pp. 1-13.

OLIVEIRA, R. da S. *Mobilidade transgressora, geografias ignoradas: itinerários e emaranhados envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH: SP. 2013.

PAIXÃO, R.O. *Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planejamento da Região Internacional de Corumbá/MS*. Tese- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

PORTO, J.; SILVA, G. Novos usos e (re)construções da condição fronteira amapaense. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 12, n.2, p. 253-267, dez. 2009.

PORTO, J.L.R. A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J.L.R.; NASCIMENTO, D.M. (orgs.) *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Macapá: [s.n.], 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Maria Cecília França (tradução). Editora Ática. Vol. 29 1993.

REIS, H. R. *A inteligência competitiva como ferramenta para a organização estratégica do setor turístico – O caso do Circuito Internacional das Missões Jesuíticas do Mercosul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, RS, 2000.

REZENDE, T. V. F. de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. (Tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, 2006.

RÜCKERT, A. A.; PEREIRA CARNEIRO, C. Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas. In.: *Geografia política, geopolítica e gestão do território: a integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas* / Aldomar Arnaldo Ruckert, Augusto Cesar Pinheiro da Silva e Gutemberg de Vilhena Silva (org.). – Porto Alegre : Editora Letra1, 2018.

SANTOS.M. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, G. V. Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o caribe. In: RÜCKERT, A.A.; SILVA, A.C.P.da; SILVA, G.V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 199-2017.

SILVA, G. V. *Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI*. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, G. V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS – BR, 2008.

SILVA, G.V.; GRANGER, S.; LE TOURNEAU, F. *Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França)*. Mercator, Fortaleza, v. 18 e18018, 2019.

SUPERTI, E. As fronteiras internacionais da Amazônia brasileira no contexto das políticas públicas de integração sul-americana. In: PORTO, J.L.R.; NASCIMENTO, D.M. (Orgs.) *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

TURISMO, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022: mais emprego e renda para o Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.